

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIDADANIA

Autores: Érika Loureiro Borba, Elisa Zwick, Kelly Aparecida Torres, Pablo Luiz Martins, Helder José Campos, André Sidney da Silva, Ricardo Taanus Costa Daia

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade principal discutir e demonstrar a contribuição da Economia Solidária no que se refere à promoção da cidadania. Para tal, será exposta, num primeiro momento, a evolução da temática da Economia Solidária no país e, posteriormente, será analisada a questão do desenvolvimento da cidadania diante das transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil. Em seguida será analisada a contribuição efetiva da Economia Solidária na seara do desenvolvimento da cidadania, no sentido de que a primeira contribui para que o indivíduo se redescubra como ente político e participativo dentro da sociedade..

Palavras-Chave: Gestão: economia solidária, cidadania, assistencialismo, clientelismo

1. INTRODUÇÃO

É notória a crise histórica enfrentada pelo nosso país com relação à escassez do trabalho formal e pelo grande contingente de pessoas envolvidas com o trabalho informal. Nos últimos anos o Estado vem estimulando, por meio de políticas públicas de inclusão social, a transformação do trabalho informal em postos de trabalho formal. A Economia Solidária está inserida neste contexto como uma forma de economia plural que inclui e formaliza a economia informal, monetária e não monetária. De acordo com França Filho e Lavelle (2004, p.15) a economia solidária é definida como:

“uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não-monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de troca e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.”

Este fato faz da via econômica solidária uma colaboradora na questão da promoção e do desenvolvimento da cidadania na medida em que busca fortalecer e valorizar as trocas informais, promovendo a organização formal por meio de cooperativas populares, associações, clubes de troca, dentre outras. Ao inserir trabalhadores desempregados e em situação de trabalho precarizado, essas formas de organização contribuem para a emancipação desses indivíduos como cidadãos.

Como assevera Mesquita (1992, p. XII):

“ser cidadão não é só fugir da pobreza do campo e se abrigar na miserável periferia das inchadas e violentas metrópoles brasileiras de

hoje em dia. Ser cidadão é, principalmente, ter direito a uma vida decente, com um padrão de dignidade aceitável e acesso, não apenas ao essencial para sobreviver, mas também aos direitos elementares de produzir, consumir e se expressar com liberdade.”

2. O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A temática econômico-solidária vem ganhando cada vez mais espaço no cenário econômico brasileiro por ser a mesma uma alternativa de enfrentamento da crise da falta de emprego presente em todo o território nacional. Como traços marcantes de tal crise destacam-se o aumento do desemprego, a precarização do trabalho como também a concentração da renda.

Este cenário torna-se propício para a propagação do comportamento individual, insegurança e falta de perspectiva com relação ao emprego formal. Diante disto, segundo Pinto (2006, p. 25):

assiste-se pois, a uma tendência de “instalação na precariedade”, em que o trabalho desprotegido deixa de ser algo transitório para se tornar algo permanente, de uma condição passageira para um estado de boa parte da população. Isso produz uma situação de “desestabilização do estável”, ou seja, os integrados no mercado protegido estão constantemente ameaçados de oscilação.

Depara-se, portanto, segundo França Filho (2004), com uma forma de aumento da exclusão social por meio dos mecanismos reguladores da economia e da falência do Estado-providência, onde a Economia Solidária se apresenta como uma perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade.

Corroborando com os pensamentos desses autores, é acertado dizer que não se está diante de uma nova modalidade econômica e sim, de um rearranjo dos modelos já existentes, no sentido de ampliar o conceito de economia, completando as lacunas do sistema econômico vigente, com o objetivo de alcançar o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a função social que a economia precisa desenvolver.

Polanyi (1980), em sua obra intitulada “A grande transformação”, desenvolveu quatro princípios relativos ao comportamento econômico para sua reflexão a partir do binômio economia/sociedade.

O primeiro princípio é o da domesticidade que se dá por meio da produção para provento próprio, podendo tratar-se de qualquer tipo de grupo de qualquer dimensão.

O segundo princípio é o da reciprocidade que é definida pela relação desenvolvida entre várias pessoas, que por meio de trocas conseguem os produtos e bens necessários para sua subsistência. Essa prática é importante no sentido de incentivar a aproximação e estreitar as relações sociais.

A redistribuição é o terceiro princípio descrito por Polanyi que tem por característica a centralidade, pois tal princípio pressupõe a existência de uma autoridade que será responsável por armazenar e repartir os frutos obtidos pelo trabalho dos demais.

E como último princípio o autor destaca o mercado, que funciona a partir de modelos próprios, consistindo em um ambiente de oferta e procura de bens e serviços mediante pagamento em espécie.

Assim, pode-se dizer que uma economia de caráter mercantil tem como princípio basilar o mercado e sua auto-regulação, estigmatizado pela impessoalidade já que a relação é baseada puramente na relação monetária e na satisfação de necessidades de bens ou serviços.

Já a economia não mercantil possui como traço marcante a redistribuição que, segundo França Filho (2004, p.05), “é marcado pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos afim de redistribuí-los”.

A economia não monetária está intimamente ligada ao princípio da reciprocidade, norteado pela lógica da dádiva que se perfaz por três momentos que são o de dar, receber e retribuir. Este meio de circulação de bens promove ao mesmo tempo a integração dos entes sociais.

Diante de tais afirmações é possível dizer que a economia mercantil o único meio eficaz de circulação de bens e mercadorias, sendo plenamente possível a implementação das demais economias no sentido de construção de uma economia plural que vise o desenvolvimento e o progresso social de forma mais igualitária, fazendo com que o mercado deixe de ser o foco principal e passe a ser apenas um meio dentro do processo de socialização.

Como já dito anteriormente, a Economia Solidária utiliza-se de um rearranjo das economias descritas acima, com a intenção de promover o desenvolvimento local através da cooperação visando a organização das economias locais, com o objetivo de fortalecer a comunidade envolvida na medida em que concede à mesma a possibilidade de desenvolver seus empreendimentos.

Partindo da ótica de Laville (1999) que define a via econômico-solidária como sendo uma reunião de atividades que tem por objetivo a democratização da economia atingida apenas por meio do engajamento dos cidadãos, pode-se dizer que a mesma ganha destaque como parte das engrenagens da esfera pública, nascidas dentro da sociedade, que busca a integração sócio-cultural por meio das práticas econômicas.

É importante destacar que para o êxito das práticas econômico-solidárias é necessário o envolvimento efetivo do grupo envolvido e não apenas a vontade de participar. O que equaciona esse grau de envolvimento do grupo é sua participação decisiva desde as primeiras reuniões até a elaboração final do produto ou bem, desenvolvendo suas potencialidades internas combatendo assim, o velho engodo paternalista e clientelista tidos, erroneamente, como meios de ajuda para as classes mais pobres.

A Economia Solidária, corroborando os estudos de Farid Eid (2003), distingue-se da economia capitalista quando toma como princípios basilares os valores da democracia, autonomia, fraternidade, igualdade e solidariedade, onde a manutenção do trabalho é mais importante que o lucro. A cooperação torna-se elemento chave no atendimento das necessidades que são estabelecidas pelos próprios trabalhadores, o que faz da Economia Solidária um meio propulsor da uma consciência mais cidadã, contrastando com o individualismo excessivo.

3. A CIDADANIA NO BRASIL

A partir do advento da modernidade, a organização da sociedade passou por transformações, e uma delas, foi a consolidação do conceito e da prática de cidadania.

Para José Murilo de Carvalho (2002, p.12):

“[...] A luta pelos direitos, todos eles, sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação. Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida em que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. [...]”

Esta relação das pessoas com o Estado e com a nação, assinaladas pelo autor como construtoras da cidadania, tem na Economia Solidária um ponto de apoio, já que a mesma se inter-relaciona essencialmente com os aspectos de identificação e inclusão de pequenos ou

grandes grupos em suas comunidades e regiões, com o objetivo de melhorar as condições de vida de todos os envolvidos por meio do trabalho digno.

Na concepção de Demo (1995, p.01) cidadania é:

[...] competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório. Este funda-se, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo”.

Pensar a cidadania significa pensar em como cada indivíduo, participante da sociedade, se posicionam em relação às questões sociais apresentadas no cotidiano. A cidadania também está vinculada à liberdade e à participação política.

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (Dallari, 1998, p. 14)

É por meio da compreensão e da vivência da cidadania que se torna possível a recriação do senso de coletividade que é uma das bases para o sucesso das práticas de Economia Solidária.

A cidadania hoje significa lutar por condições dignas de vida, educação e trabalho objetivando a democratização das oportunidades. Deve contar com a adesão de toda sociedade que precisa ser cada vez mais participativa e ativa em suas manifestações. Daí a necessidade da propagação dos espaços públicos para que a sociedade civil possa desenvolver questões e novas soluções para combater, por exemplo, as práticas econômicas e mercadológicas abusivas.

O processo de globalização, em conjunto com a ordem econômica capitalista, potencializou ainda mais o dilema entre o indivíduo e a sociedade, evidenciando a segregação social e a discriminação em todos os aspectos, como exemplo, os aspectos étnicos, religiosos e econômicos.

Tanto o meio rural como o meio urbano sofrem a ação da exclusão social e, por isso, torna-se crescente o número de pessoas que tem seus mais variados direitos violados, enfraquecendo sua condição social de cidadãos. Por outro lado, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada procuram resgatar a cidadania por meio de ações coletivas que envolvem desde protestos até a auto-organização coletiva.

Os grupos que se constituem assim (pela auto-organização coletiva) começam uma ação porque eles sentem na sociedade uma ausência de consideração para com os problemas que eles estimam importantes ou porque eles suportam uma vivência que desqualifica devido ao déficit de inclusão e cidadania. (França Filho e Laville, 2006, p. 25)

O mercado capitalista não trouxe nenhuma solução para a questão dos problemas sociais, não proporcionou nenhuma melhoria na qualidade de vida da maior parte da população, pelo contrário, contribuiu para aumentar as desigualdades sociais já existentes. O desenvolvimento baseado nesse tipo de mercado desencadeou altas taxas de desemprego e aumento da exclusão social de grande parte da população.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIDADANIA

Na história do desenvolvimento do capitalismo é constante a presença de movimentos sociais que lutam pela busca da diminuição da exclusão social. A Economia Solidária é um desses movimentos na medida em que busca uma sociedade mais justa por meio de desenvolvimento do trabalho e, principalmente, pela tentativa de uma divisão de renda mais justa e também pela promoção da autonomia das comunidades.

Um dos desafios das práticas econômico-solidárias é promover uma mudança estrutural na sociedade para combater o assistencialismo e o clientelismo já tão enraizados. Tais práticas dificultam o processo de emancipação porque não incentivam o crescimento da comunidade por si só, pelo contrário, incentivam a subordinação e o controle por meio do Estado.

É preciso desenvolver práticas que tornem possíveis a emancipação, a autonomia e a reinserção dos grupos marginalizados, para que estes reencontrem na cidadania a possibilidade de transformarem suas realidades, inseridos na sociedade e, assim, responsáveis pela mesma.

Demo (1996) alerta para a necessidade de promover a assistência aliando dentro desta, metodologias que garantam a emancipação pelo incentivo da produção e da participação.

Dentro desta concepção e tomando por base os conceitos de cidadania já descritos neste artigo, constata-se que as práticas de Economia Solidária são meios relevantes para a formação da consciência crítica dos grupos participantes, e torna-se capaz de realizar a emancipação de tais grupos, lavando-os à conquista da cidadania.

Para que um empreendimento econômico-solidário obtenha sucesso é necessária a conscientização de todo o grupo no sentido de valorização do trabalho coletivo, por meio de iniciativas cidadãs que aproximam mais sociedade e economia onde o foco deixa de ser apenas a geração da renda, valorizando também as relações sociais.

A criação de atividades sócio-produtivas implica o envolvimento de moradores de um determinado território, que já desenvolveram certa integração social, que se aliam com o objetivo final de melhoria de condição de vida pela criação e atividades sócio-econômicas que lhes ofereçam meios de solução dos problemas reais identificados pelos próprios moradores.

Esta prática de análise e identificação dos problemas da comunidade fomentam a discussão, a democracia e aumenta o senso de identidade de todos os entes participantes, que é um meio de exercício de cidadania.

Como alude França Filho (2007, p. 162):

A visão da economia solidária aqui trabalhada insiste na idéia da economia como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais, etc., e não como um fim em si mesmo. [...] Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir.

Os critérios adjetivos à Economia Solidária demonstram sua intensa conexão com o conceito de cidadania. França Filho e Laville (2004) enumeram tais critérios como sendo a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, a sociabilidade comunitário-pública e a finalidade multidimensional.

O primeiro critério diz respeito à pluralidade de fontes de recursos que os empreendimentos solidários devem equilibrar, daí sua característica de economia plural. Tal pluralidade possibilita a junção da economia mercantil com a economia não mercantil, onde nenhuma delas é desprezada, pelo contrário, tais economias precisam estar em constante sinergia para que os indivíduos gozem tanto da riqueza monetária quanto da riqueza social de forma equilibrada e justa.

O segundo, terceiro e quarto critérios reconhecem a necessidade de transformação dos indivíduos, na qualidade de entes participantes da sociedade, pois conjuga a idéia de autonomia dos empreendimentos com a democratização das decisões, incentivando a participação do grupo. Estas ações são incentivo para a autogestão e a organização de um

ideal comum, estreitando as relações sociais e desenvolvendo o agir comunitário para a melhora da qualidade de vida de todos os participantes.

O quinto critério vem selar o caráter multidimensional da Economia Solidária que vai além da promoção do desenvolvimento econômico, agrupando os campos social, cultural, ecológico e político, na medida em que promove a criação de um espaço público, que é uma maneira de inserir o grupo na sociedade já que a comunidade se torna capaz de contribuir política e economicamente com a mesma.

Assim, é possível dizer que a Economia Solidária contribui em todos os seus estágios na promoção da cidadania por tornar possível que grupos marginalizados consigam sua autonomia e emancipação frente à sociedade por meio de um agir coletivo organizado.

A contribuição desta prática atinge todos do grupo ou comunidade em todos os campos de desenvolvimento. Promove a organização política através da escolha de representantes e da conscientização e da liberdade de opinião, promovendo a emancipação dos membros da comunidade; a educação na medida em que se busca capacitar os membros da comunidade para que estes consigam gerir seus empreendimentos com eficiência.

Desenvolve a identidade cultural daquele território através do resgate de sua história e programas que colaboram para o estreitamento dos laços sociais, desenvolvendo formas alternativas de superação dos problemas sociais presentes no seio da comunidade.

Torna mais acessível a informação e a comunicação aproximando a comunidade do meio exterior, fato importante para a troca de experiências e criação de futuras redes de Economia Solidária.

Desta feita, a cidadania ganha espaço nas discussões e implementações das vias solidárias que contribuem efetivamente no combate à chamada “integração competitiva” (Tânia Bacelar, 1999) promovendo ações coletivas, conduzindo os pequenos grupos à participação ativa na sociedade e no governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, assim como a maioria dos países, vem sofrendo com a crise da falta de postos de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da pobreza e da exclusão social.

Neste panorama, a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa de combate a esta crise da economia capitalista, oferecendo meios de desenvolvimento de grupos e comunidades, que estão à margem da sociedade, para que estes ocupem seus espaços nos cenários político e social através das práticas de empreendimentos coletivos.

Diante de todo o alegado é possível concluir que as práticas econômico-solidárias são de extrema relevância no combate ao clientelismo e ao assistencialismo, que não promovem a emancipação e sim a dependência. Para que tal mudança ocorra, é de grande importância o desenvolvimento de uma identidade participativa dos indivíduos em prol de suas comunidades, com o objetivo de combater essas práticas que em nada contribuem para efetivas transformações sociais e que vão na contramão dos princípios basilares da prática cidadã.

No que tange à cidadania, esta pode ser tida como um componente importante dentro da seara da Economia Solidária. Para a efetividade da primeira é necessário a presença de elementos como emancipação, consciência e identidade coletiva, desenvolvimento do pensamento crítico e demais formas que possibilitem a participação ativa dos membros dessas comunidades no cenário político-social em que estão inseridos, todos esses também presentes na segunda.

Desta feita, conclui-se que para a existência de efetivas práticas de Economia Solidária, é mister o desenvolvimento e a promoção da cidadania com o objetivo de promover a riqueza social na mesma medida da promoção da riqueza monetária.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Por uma política nacional de desenvolvimento regional” in: “Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, parte I, pp. 115-140.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DALLARI, Dalmo. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1996.

EID, Farid. “Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?”. In: Anais do XI FIEALC - – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e outros. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. Cadernos Ebape, FGV-RJ, vol. II, nº 1, Março 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. In: Civitas- Revista de Ciências Sociais, v.7, n. 1, jan-jun. 2007. p. 155-174.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. In: Revista O&S, v.15, n.45, abr-jun. 2008. p. 219- 232.

LAVILLE, Jean-Louis. Une troisième voie pour Le travail. Paris: Desclée de Brouwer, 1999, (coll. Sociologie Économique).

MESQUITA, Júlio César Ferreira e outros. Brasileiro: cidadão?. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

PINTO, João Roberto Lopes. Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.